SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2022

AGS/TASS/FAO/TMS 2183/23

SERVENG CIVILSAN S.A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2022
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Balanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações do resultado abrangente
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Rua Major Quedinho 90 Consolação - São Paulo, SP Brasil 01050-030



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e diretores da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o contédo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/Q-1

Andreia Gini de Souza

Contadora CRC (SP 270317/0-9

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

CNPJ: 48.540.421/0001-31

Balanços patrimoniais individuais e consolidados Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Nota Controladora Consolidado Passivo		Nota <u>Controladora</u>		Nota	Contro	ladora	Conso	lidado	
	Explicativa	2022	2021	2022	2021		Explicativa	2022	2021	2022	2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	695	2.794	6.277	10.693	Fornecedores	13	5.583	5.503	14.935	13.526
Aplicações financeiras	4	2.728	7.303	2.810	7.498	Obrigações tributárias	14	7.376	14.757	7.376	15.017
Contas a receber	5	18.600	201	35.977	9.777	Obrigações trabalhistas		2.734	2.616	5.316	5.402
Estoques	6	9.223	8.609	10.674	9.792	Dividendo a pagar	16	-	2.610	-	1.732
Impostos a recuperar	7	7.339	46.101	23.496	50.318	Outras contas a pagar		9.167	19.368	18.343	19.734
Dividendo a receber	16	-	7.852	-	-			24.860	44.854	45.970	55.411
Participações em consórcios	8	19.124	11.173	-	-						
Despesas antecipadas		-	388	74	899	Não circulante					
Outras Contas a Receber		4.334	4.276	4.334	4.319	Obrigações tributárias	14	16.570	629	16.570	649
		62.043	88.697	83.642	93.296	Provisão para demandas judiciais	15	13.488	15.967	26.232	31.826
Não Circulante						Mútuo a pagar	16	-	716	-	716
Contas a receber	5	172.292	170.984	172.292	170.984	Receita diferida		-	584	-	584
Precatórios a receber	10	83.366	85.372	83.366	85.372	Provisão para perdas em investimentos	11	11.131	44.293	-	-
Depósitos judiciais		52.888	50.590	55.846	54.614	Provisão impostos diferidos	21	-	69.915	-	69.915
Imóveis a comercializar		840	3.532	840	3.532	Outras contas a pagar		-	6.544	-	6.712
Mútuos	16	2.550	17.735	-	15.565			41.189	138.648	42.802	110.402
Ativo fiscal diferido	21	54.351	84.413	54.351	84.413						
Outras contas a receber	9	41.753	74.798	41.775	74.819	Patrimônio líquido	17				
Investimentos	11	-	-	37	396	Capital social		774.972	774.972	774.972	774.972
Propriedade para investimentos		-	33	-	33	Prejuízos acumulados		(339.844)	(261.307)	(339.844)	(261.307)
Imobilizado	12	30.760	115.026	31.417	90.467	Ajuste de avaliação patrimonial		-	3.682	-	3.682
Intangível		334	9.669	334	9.669			435.128	517.347	435.128	517.347
		439.134	612.152	440.258	589.864						
Total do Ativo		501.177	700.849	523.900	683.160	Total do passivo e patrimônio líquido		501.177	700.849	523.900	683.160



SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

CNPJ: 48.540.421/0001-31

Demonstrações do resultado individuais e consolidados Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Control	adora	Consol	idado
	Explicativa	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	18	121.754	73.312	121.754	73.312
(-) Custo dos produtos vendidos	19	(92.566)	(84.739)	(92.566)	(84.739)
(=) Lucro/(prejuízo) bruto		29.188	(11.427)	29.188	(11.427)
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	19	(68.750)	(38.574)	(73.446)	(38.870)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.484)	(7.754)	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	19	(18.194)	29.306	(14.974)	21.855
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(59.240)	(28.449)	(59.232)	(28.442)
Receitas financeiras	20	637	1.012	637	1.012
Despesas financeiras	20	(18.346)	(4.046)	(18.354)	(4.053)
(=) Resultado financeiro líquido		(17.709)	(3.034)	(17.717)	(3.041)
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(76.949)	(31.483)	(76.949)	(31.483)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	21	(1.588)	13.140	(1.588)	13.140
(=) Prejuízo do exercício		(78.537)	(18.343)	(78.537)	(18.343)
Lucro líquido por ação		(0,0028)	(0,0007)	(0,0028)	(0,0007)



SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA CNPJ: 48.540.421/0001-31

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

(=) Lucro líquido do exercício (78.537) (18		2021
(=) Lucro líquido do exercício (78 537) (18		
() 24010 11 quitab de onoi siolo () ()	343) (78.53°	7) (18.343)
Outros resultados abrangentes		<u> </u>
Total do resultado abrangente do exercício (78.537) (18	(78.53	7) (18.343)



SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

CNPJ: 48.540.421/0001-31

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota		Reser	Reservas Ajustes de		Prejuízos	Total do
	Explicativa	Capital social	Legal	Lucros	avaliação patrimonial	acumulados	patrimônio Iíquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		774.972	-	-	4.181	(243.463)	535.690
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(499)	499	-
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	(18.343)	(18.343)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		774.972	-		3.682	373.791	80
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(3.682)	-	(3.682)
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	-	-	(78.537)	(78.537)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		774.972	<u> </u>	-		(339.844)	435.128



SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA CNPJ: 48.540.421/0001-31

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consol	idado
	Explicativ a	2022	2021	2022	2021
(=) Prejuízo do exercício			(18.343		(18.343
()		(78.537))	(78.537))
Itens que não afetam o caixa operacional					
Constituição perdas estimadas com créditos de liquidação					
duvidosa		450	(144)	450	(144)
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber		68	(284)	68	(284)
Depreciação e amortização	12	7.759	9.023	7.865	9.097
Provisão para contingências		(2.479)	6.909	(5.594)	15.545
Ganho na alienação de investimento		2.172 (1.778)	488	2.226	1.003
Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso Equivalência patrimonial	11.a	1.484	7.754	-	-
Equivalencia patrimoniai	11.a	(70.861)	5.403	(73.522)	6.874
Aumento líquido/(Redução) nos ativos		(70.661)	3.403	(73.322)	0.074
Aplicação financeira		4.575	(7.303)	4.688	(7.498)
Conta s receber		4.575	(11.060	4.000	(11.586
oonta si cooper		(20.157))	(27.958)	(11.000
Estoques		(614)	(661)	(882)	1.718
Precatórios a receber		1.938	10.284	1.945	10.284
Impostos a recuperar		68.824	(6.885)	56.884	956
Participações em consórcios		(7.951)	7.365	-	-
Despesas antecipadas		389	4.810	825	4.458
Outras contas a receber		32.987	1.482	33.030	1.483
Depósitos judiciais		(2.298)	1	(1.232)	90
Aumento líquido /(redução) nos passivos					
Fornecedores		80	(2.023)	1.409	(5.846)
Obrigações tributárias		8.560	(1.467)	8.280	(1.467)
Obrigações trabalhistas		118	(1.401)	(86)	225
Outras contas a pagar		(17.329)	2.068	(8.695)	2.562
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades		69.122	(4.790)	68.208	(4.621)
operacionais					
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Mútuo com partes relacionadas	16	15.185	(3.763)	15.565	(2.973)
Investimentos em SCP´s		359	-	359	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(12.578)	(2.955)	(12.578)	(3.973)
Recebimentos de dividendos de controladas e SCP´s		-	490	-	490
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de		2.966	(6.228)	3.346	(6.456)
investimentos					
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Mútuo com partes relacionadas	16	(716)	-	(716)	_
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		(2.610)	-	(1.732)	_
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de					
financiamentos		(3.326)	-	(2.448)	-
		(0.000)	/F (1F)	(4 414)	(4.203)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.099)	(5.615)	(4.416)	
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.099)	(0.010)	(4.410)	(11200)
Demonstração do aumento líquido/(redução) de		(2.099)	(5.615)	(4.410)	(11200)
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa No início do exercício		2.794	8.409	10.693	14.896
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		2.794	8.409	10.693	14.896



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 26, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 11 de abril de 1968.

A Companhia tem por objeto social a construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armações e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas asfáltica e outros minerais, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas tendo início de sua operação em junho de 1968.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisões para desmobilização;
- Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.6. Instrumentos financeiros

3.6.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.6.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.7. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.8. Operações em conjunto (Consórcios)

A Companhia e suas controladas possuem participações em consórcios, cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações.

As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da Companhia e suas controladas, assim como dos outros participantes dos consórcios, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica.

A Companhia e suas controladas registram em suas demonstrações contábeis sua parcela proporcional de sua participação em cada consórcio dos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas nos consórcios.

3.9. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros

A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

O valor recuperável de um ativo é a maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment").

3.11. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.12. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.16. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.17. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com prestação de serviço de construção civil é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.17.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

- 3.18. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022
 - 3.18.1. Contratos onerosos Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia e suas controladas não consideram impactos significativos nas demonstrações contábeis.

3.18.2. Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, a saber:

- Imobilizado Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

3.18.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Civilsan S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

		Participação acionária - %		
Empresa	Tipo de controle	2022	2021	
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral - Direto	100	100	
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral - Direto	100	100	

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consoli	dado
	2022	2021	2022	2021
Bancos conta movimento	695	2.794	6.277	10.693
Aplicações financeiras (a)	2.728	7.303	2.810	7.498
	3.423	10.097	9.087	18.191

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,39% a.a. em 2022 (4,42% a.a. em 2021).

5. CONTAS A RECEBER

	Control	adora	Consol	idado
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de terceiros	217.033	202.209	234.410	212.232
Medições a faturar (a)	20.146	15.266	20.146	15.266
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(46.287)	(46.290)	(46.287)	(46.737)
	190.892	171.185	208.269	180.761
Circulante	18.600	201	35.977	9.777
Não circulante	172.292	170.984	172.292	170.984

(a) Valores correspondem a medições dos serviços prestados e não faturados devido autorização.

6. ESTOQUES

	Control	adora	Consc	olidado
	2022	2021	2022	2021
Estoque (a)	9.223	8.609	10.674	9.792
	9.223	8.609	10.674	9.792

(a) São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolid	dado
	2022	2021	2022	2021
ISS	-	522	-	525
ICMS	-	674	-	680
PIS	1.260	7.010	1.926	7.010
COFINS	690	69	3.769	269
CSLL	1.100	9.809	3.316	11.831
Imposto de renda	1.870	8.088	7.987	9.143
INSS	2.419	12.085	5.740	13.089
Outros		7.844	758	7.771
	7.339	46.101	23.496	50.318

Os créditos são oriundos da operação da Companhia e suas controladas.

8. PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS

	Controladora					
Consórcios	2022	Aporte	Apropriação	2021		
Belo Monte	5.813	(206)	3.540	2.479		
Metro Linha 5	(5.154)	-	-	(5.154)		
ROMA	6.347	-	(14)	6.361		
CPTM - Linhas A – F	1.815	(3.590)	(514)	5.919		
BR 135	(2.213)	(141)	226	(2.128)		
Linha 9 Esmeralda	(327)	-	-	(327)		
ETE Alcantara – SAG	(2.266)	(2.041)	1.573	(2.734)		
Centro Seco – Ribeirão dos Meninos	(6.279)	(5)	21	(6.305)		
Sabesp	9.981	(58)	1.811	11.734		
Outeirinhos	10.057	(5)	27	10.079		
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(4.849)	(3.541)	(187)	(1.121)		
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.965	-	1	3.964		
DNIT Duplicação BR 101	(4.507)	(55)	33	(4.529)		
BR 364	(2.142)	(23)	12	(2.153)		
SP 320 - Lotes 5 e 7	(2.408)	(8)	5	(2.411)		
ETE Bom Sucesso	1.106	-	0	1.106		
Túnel Mogi	44	(17)	48	21		
DBO	-	-	6.788	(6.788)		
Trilhos Metropolitanos	9.006	(6.681)	2.552	4.877		
Outros consórcios	5.360	-	2.852	2.508		
	23.349	(16.371)	18.774	15.398		
Provisão para perdas com encerramentos de consórcios	(4.225)			(4.225)		
	19.124	(16.371)	18.776	11.173		



	Controladora					
Consórcios	2021	Aporte	Apropriação	2020		
Belo Monte	2.479	38	1.511	931		
Metro Linha 5	(5.154)	51	(26)	(5.179)		
ROMA	6.361	194	2.802	3.365		
CPTM - Linhas A – F	5.919	-	(2.771)	8.690		
BR 135	(2.128)	900	(392)	(2.636)		
Linha 9 Esmeralda	(327)	-	-	(327)		
ETE Alcantara – SAG	(2.734)	5.121	(6.462)	(1.392)		
Centro Seco – Ribeirão dos Meninos	(6.305)	-	131	(6.436)		
Sabesp	11.734	2.627	(567)	9.674		
Outeirinhos	10.079	48	266	9.765		
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(1.121)	61	(66)	(1.116)		
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.964	-	(6)	3.970		
DNIT Duplicação BR 101	(4.529)	169	(85)	(4.614)		
BR 364	(2.153)	7	(18)	(2.142)		
SP 320 - Lotes 5 e 7	(2.411)	22	45	(2.478)		
ETE Bom Sucesso	1.106	-	-	1.106		
Túnel Mogi	21	146	(125)	-		
DBO	(6.788)	2.636	(9.362)	(64)		
Trilhos Metropolitanos	4.877	47.269	(52.615)	10.224		
Outros consórcios	2.508	2.884	(1.798)	1.422		
	15.398	62.172	(69.538)	22.763		
Provisão para perdas com encerramentos de consórcios	(4.225)	-	-	(4.225)		
<u>-</u>	11.173	62.172	(69.538)	18.538		

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Thadeu Penido (a)	36.758	69.762	36.758	69.762
Outros Créditos a receber	4.121	4.111	4.121	4.111
Outros adiantamentos	30	22	30	22
Opções de compra de ações (b)	4.995	4.995	4.995	4.995
Outros	183	184	205	248
	46.087	79.074	46.109	79.138
Circulante Não Circulante	4.334 41.753	4.276 74.798	4.334 41.775	4.319 74.819

- (a) O contas a receber corresponde a venda da empresa Serveng Transporte ao Sr. Thadeu Penido.(b) O montante corresponde a antecipação para o direito de compra das ações de Marcos A. Castro.

10. PRECATÓRIOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Departamento de Estradas e Rodovias (a)	71.478	71.478	71.478	71.478
Prefeitura de Cotia (b)	2.650	4.641	2.650	4.641
Prefeitura de Osasco(b)	3.025	3.025	3.025	3.025
AGETOP (b)	2.675	2.675	2.675	2.675
DER/GO (b)	3.531	3.531	3.531	3.531
Outros (b)	7	22	7	22
	83.366	85.372	83.366	85.372

- (a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, tendo o vencimento final em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está sendo cobrado judicialmente e atualizados monetariamente até novembro de 2009, pelo índice de atualização definido judicialmente em 2021 a Companhia verificou a expectativa do montante e decidiu não reajustar entendendo que o montante provisionado é suficiente do que está discussão;
- (b) Outros precatórios, a receber refere-se a contratos de obras executados pela Companhia para diferentes órgãos.

11. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Investimentos por equivalência patrimonial (a)	(11.168)	(19.314)		-
Participações em sociedades em conta participação	14.842	15.202	14.842	15.201
(-) Provisão para perda de investimentos (b)	(14.805)	(14.805)	(14.805)	(14.805)
	(11.131)	(18.917)	37	396
Lucros não realizados com controladas	<u> </u>	(25.376)		-
	(11.131)	(44.293)	37	396
Investimentos	-	-	37	396
Provisão para perdas em investimentos	(11.131)	(44.293)	-	-

(a) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

	Control	adora
	2022	2021
Saldo inicial	(19.314)	(11.561)
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital e integralização de capital (i)	880	1
(-) Reversão de dividendos provisionados (ii)	8.750	-
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (iii)	(1.484)	(7.754)
(=) Movimentação do exercício	(11.168)	(19.314)

- (i) Valores Capitalizado de AFAC e capital a integralizar.
- (ii) Valores provisionados em exercícios anteriores e não liquidados, devidamente revertidos ao patrimônio líquido da controlada.
- (iii) Resultado de equivalência patrimonial em suas controladas.

					Invest	imento	Equiva Patrim	
Empresa	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimonio Líquido	Participação no Capital	2022	2021	2022	2021
Nossa Casa	19.395	(24.701)	(5.306)	100%	(5.306)	(10.970)	(2.694)	(192)
Santa Cruz	2.583	(8.445)	(5.862)	100%	(5.862)	(8.344)	1.210	(7.562)
					(11.168)	(19.314)	(1.484)	(7.754)

(b) O montante corresponde a provisão para perda de investimento realizada na SCP Mendes Junior – TRSF, devido a sua recuperabilidade, do investimento.

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolid	dado
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	736	1.098	736	1.098
Edifícios e construções	2.536	3.611	2.535	3.610
Máquinas e equipamentos	9.674	80.491	4.047	74.933
Veículos	13.186	25.803	14.477	27.178
Móveis e utensílios	127	176	1.098	1.548
Equipamentos de informática	210	140	1.456	998
Benfeitorias	2.245	2.626	5.016	5.397
Imobilização em andamento	2.046	1.081	2.052	1.081
(-) Lucros não realizado				(25.376)
	30.760	115.026	31.417	90.467

A Companhia e suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA



Controladora

Descrição	Taxa	2022	Adições	Baixas	2021	Adições	Baixas	2020
Custo								
Terrenos	-	736	-	(362)	1.098	-	(200)	1.298
Máquinas e equipamentos	4 a 25	144.848	294	(19.970)	164.524	1.161	(34.168)	197.531
Veículos	10 a 25	85.229	11.005	(30.084)	104.308	578	(5.722)	109.452
Edifícios e construções	2,8	11.439	-	(6.733)	18.172	-	-	18.172
Instalações e Benfeitorias	4 a 25	3.978	-	(224)	4.202	-	-	4.202
Móveis e utensílios	10	3.176	198	(8)	2.987	-	(2)	2.989
Imobilização em Andamento		2.045	964	-	1.081	1.081	-	-
Equipamentos de informática	20	5.749	118	(32)	5.663	135	-	5.528
Total do Custo	-	257.200	12.578	(57.413)	302.035	2.955	(40.092)	339.172
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(135.174)	(5.036)	(46.104)	(84.034)	(6.539)	33.093	(110.588)
Veículos	10 a 25	(72.043)	(1.511)	7.973	(78.505)	(1.456)	5.661	(82.711)
Edifícios e construções	2,8	(8.903)	(617)	6.276	(14.561)	(587)	48	(14.023)
Instalações e Benfeitorias	4 a 25	(1.733)	(173)	16	(1.576)	(180)	13	(1.409)
Móveis e utensílios	10	(3.049)	(369)	131	(2.811)	(81)	6	(2.736)
Equipamentos de informática	20	(5.539)	(52)	35	(5.522)	(47)	4	(5.479)
		(226.441)	(7.759)	(31.672)	(187.009)	(8.889)	38.825	(216.946)
		30.759	4.821	(89.086)	115.026	(5.935)	(1.267)	122.226

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA



Consolidado

Descrição	Taxa	2022	Adições	Baixas	2021	Adições	Baixas	2020
Custo								
Terrenos	-	736	-	(362)	1.098	-	(200)	1.298
Máquinas e equipamentos	4 a 25	160.149	299	(21.077)	180.927	1.246	(34.584)	214.265
Veículos	10 a 25	86.551	11.008	(30.142)	105.685	765	(5.722)	110.642
Edifícios e construções	2,8	11.439	-	(6.733)	18.172	-	-	18.172
Instalações e Benfeitorias	4 a 25	6.362	-	(611)	6.973	-	-	6.973
Móveis e utensílios	10	4.029	198	(535)	4.366	-	(273)	4.639
Imobilização em Andamento		2.052	971	-	1.081	1.081	-	-
Equipamentos de informática	20	6.194	118	(263)	6.339	136	(1)	6.204
Total do Custo	-	277.511	12.594	(59.723)	324.641	3.228	(40.747)	362.193
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(156.102)	(5.096)	(45.011)	(105.994)	(6.598)	33.510	(132.906)
Veículos	10 a 25	(72.074)	(1.547)	7.980	(78.507)	(1.458)	5.661	(82.710)
Edifícios e construções	2,8	(8.904)	(617)	6.276	(14.562)	(587)	48	(14.023)
Instalações e Benfeitorias	4 a 25	(1.346)	(173)	403	(1.576)	(180)	13	(1.409)
Móveis e utensílios	10	(2.931)	(376)	263	(2.818)	(88)	6	(2.736)
Equipamentos de informática	20	(4.738)	(55)	658	(5.341)	(53)	276	(5.564)
		(246.094)	(7.865)	(29.431)	(208.798)	(8.964)	39.514	(239.348)
(-) Lucro não realizado		-	-	25.376	(25.376)	744	-	(26.120)
		31.417	4.729	(63.778)	90.467	(4.992)	(1.233)	96.725

13. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controlad	lora	Consolidado		
	2022	2022 2021		2021	
Fornecedores Serviços	4.374	4.340	13.522	12.169	
Material	980	965	1.114	1.058	
Outros	229	198	229	198	
	5.583	5.503	14.935	13.526	

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se a prestações de serviços e materiais designados a construção Civil. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controlac	lora	Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Parcelamentos tributários (a)	22.212	1.013	22.212	1.033	
ISS	102	1.171	102	1.180	
COFINS	662	11.149	662	11.149	
PIS	144	1.053	144	1.053	
ICMS	386		386		
Outros	440	1.000	440	1.251	
	23.946	15.386	23.946	15.666	
Circulante Não Circulante	7.376 16.570	14.757 629	7.376 16.570	15.017 649	

⁽a) Os correspondem a tributos federais, parcelados diretamente na Receita Federal.

15. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

	Controla	dora	Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Processos Trabalhistas	3.507	5.854	6.507	10.711
Processos Cíveis	2.939	2.983	11.991	13.985
Processos Tributários	7.042	7.130	7.728	7.130
Outras	-	-	6	
	13.488	15.967	26.232	31.826

15.1. Ações das controladas possíveis

15.1.1. Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas à exigência feita pelo IBAMA- SP no processo administrativo ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, discuti nesta ação judicial ambiental o valor de R\$59mil em 31 de dezembro de 2022.

Os assessores jurídicos avaliaram como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

15.1.2. Ações cíveis

A Companhia é parte em ações de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, geralmente discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob responsabilidade da Companhia no montante de R\$398.135mil em 31 de dezembro de 2022.

Os assessores jurídicos avaliaram como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

15.1.3. Ações tributárias

A Companhia é parte em ações tributária através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$132.822mil em 31 de dezembro de 2022.

Os assessores jurídicos avaliaram como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16. PARTES RELACIONADAS

	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controla	idora	Controladora Consolic			dado
Descrição	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Nossa Casa	-	7.690	-	-	-	-
Corumbá	-	162	-	-	-	-
SCP Cariacica		<u>-</u> _		2.610		1.732
		7.852		2.610		1.732

	Mútuo/ contas (ativo não ci		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controlad	ora (a)	Control	adora	Consoli	idado
Descrição	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Serveng Transportes	-	500				
Nossa Casa	2.550	2.170				
Soares Penido	-	15.165				
Terceiros	-	(100)				
Corumbá	-	-	-	716	-	716
	2.550	17.735		716		716

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas, não havendo incidência de juros;

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$774.972 mil em 31 de dezembro de 2022, está representado por 26.486.760 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em razão do prejuízo da Companhia, o valor foi absorvido pelo prejuízo contábil do período, conforme DMPL.

(c) Prejuízos acumulados

A Companhia apurou prejuízo contábil antes no montante de R\$78.537 mil em 31 de dezembro de 2022 (de R\$18.343 em 31 de dezembro de 2021):

	2022	2021
Saldo inicial	(261.307)	(242.964)
Prejuízo do exercício	(78.537)	(18.343)
Prejuízo acumulado líquido	(339.844)	(261.307)
	<u></u>	

18. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora e consolidado		
	2022	2021	
Receitas			
Receita de Serviço	134.681	87.278	
Impostos sobre faturamento	(12.927)	(13.966)	
Receita líquida	121.754	73.312	

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pela prestação de serviço executada. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolid	dado
Classificação por Natureza	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	(6.974)	(8.628)	(6.974)	(8.628)
Custo do produto vendido	-	(420)	-	(420)
Custo com mão de obra	(23.248)	(28.361)	(23.248)	(28.361)
Serviços de terceiros	(25.715)	(28.425)	(25.715)	(28.428)
Despesas com pessoal	(39.905)	(17.369)	(39.905)	(17.769)
Despesas com serviços	(19.283)	(12.968)	(18.049)	(13.203)
Despesas tributárias	(14.886)	(2.217)	(14.888)	(2.220)
Baixa de ativo imobilizado	(18.324)	1.153	(18.324)	1.153
Outros	(31.175)	3.228	(33.833)	(3.878)
_	(179.510)	(94.007)	(180.986)	(101.754)
	Contro	ladora	Consolic	lado
Classificação por Função	2022	2021	2022	2021
Custo do produto vendido	(92.566)	(84.739)	(92.566)	(84.739)
Despesas administrativas (i)	(68.750)	(38.574)	(73.446)	(38.870)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(18.194)	29.306	(14.974)	21.855
<u> </u>	(179.510)	(94.007)	(180.986)	(101.754)

⁽i) Inclui a depreciação.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	2022	2021	2022	2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras Juros recebidos Descontos obtidos	333 67 237	503 362 147	333 67 237	503 362 147
Descontos obtidos				
	637	1.012	637	1.012
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(183)	(1.394)	(183)	(1.394)
Juros incorridos	(17.535)	(2.622)	(17.535)	(2.622)
Outras despesas financeiras	(628)	(30)	(636)	(37)
,	(18.346)	(4.046)	(18.354)	(4.053)
Total	(17.709)	(3.034)	(17.717)	(3.041)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social				
diferida:				
Diferenças temporárias	(2.923)	(4.457)	(2.923)	(4.457)
Prejuízos fiscais	(51.428)	(79.956)	(51.428)	(79.956)
Total diferido ativo	(54.351)	(84.413)	(54.351)	(84.413)
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
diferida:	-	1/ 2/2	-	1/ 2/2
Exclusões temporárias de órgãos públicos	-	16.262	-	16.262
Depreciação valor justo	-	26.859	-	26.859
Atualização precatórios	-	20.913	-	20.913
Outras exclusões e adições		5.881		5.881
Total diferido passivo	-	69.915	-	69.915
Total do imposto de renda e contribuição social				_
diferido	(54.351)	(14.498)	(54.351)	(14.498)
IR e CS diferido				
IR e CSLL sobre result. de partic. Societ	-	(8)	-	(8)
Outras Adições/exclusões permanentes	4.191	34.054	4.191	34.054
Diferenças temporárias	480	4.600	480	4.600
Alíquota combinada de IR e CS	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL diferido	(1.588)	13.140	(1.588)	13.140

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

22.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

22.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	14.935	-	-

22.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

22.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição máxima é de R\$217.356 no consolidado e R\$194.315 na controladora (R\$198.952 no consolidado e R\$181.282 na controladora em 2021) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

22.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

22.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor	justo
Consolidado	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.277	10.693	6.277	10.693
Aplicações financeiras	2.810	7.498	2.810	7.498
Contas a receber	208.269	180.761	208.269	180.761
Outras contas a receber	46.109	79.138	46.109	79.138
Total	263.465	278.090	263.465	278.090
Passivos financeiros				
Fornecedores	14.935	13.526	14.935	13.526
Dividendos a pagar	-	1.732	-	1.732
Outras contas a pagar	18.343	26.446	18.343	26.446
Total	33.278	41.704	33.278	41.704

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

	2022				
Consolidado	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado		
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6.277	-	-		
Aplicações financeiras	-	2.810	-		
Contas a receber	208.269	-	-		
Outras contas a receber	46.109	-	-		
Total	260.655	2.810	-		
Passivos financeiros					
Fornecedores	-	-	14.935		
Outras contas a pagar	-	-	18.343		
Total			33.278		

	2021				
Consolidado	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado		
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	10.693	-	-		
Aplicações financeiras	-	7.498	-		
Contas a receber	180.761	-	-		
Outras contas a receber	79.138	<u>-</u>			
Total	270.592	7.498			
Passivos financeiros					
Fornecedores	-	-	13.526		
Dividendos a pagar	-	-	1.732		
Outras contas a pagar			26.446		
Total	_		41.704		

22.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

23.1. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 2010, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não se beneficiaram tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última estância no STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

23.2. Incorporação das Nossa Casa Engenharia Ltda. e Santa Cruz Rodovias Ltda.

Em 31 de janeiro de fevereiro de 2023, aconteceu em São Paulo, em Assembleia Geral Extraordinária conjunta de incorporação da Nossa Casa Engenharia Ltda. e a Santa Cruz Rodovias Ltda. pela Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, absorvendo seus acervos me 100% conforme sua participação.

Conforme registros nº 100.893/23-5 e 100.892/23-1 em 13 de março de 2023 na Junta Comercial de São Paulo.